



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto prejuízo poração)

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS
Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Durante o mês de março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus. No Brasil, as medidas de restrições contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. A atividade exercida pela Empresa é considerada essencial e, portanto, as atividades não foram interrompidas pelas autoridades. Até a aprovação destas informações financeiras intermediárias, os indicadores financeiros demonstram a manutenção de parte substancial das suas receitas e margens. Adicionalmente, nos exercícios de 2020 e 2021, a Companhia direcionou esforços principalmente à redução de despesas, custos fixos e variáveis, preservação da caixa e manutenção de sua posição de liquidez, suficientes para o atendimento da crise instalada.

DESEMPENHO OPERACIONAL

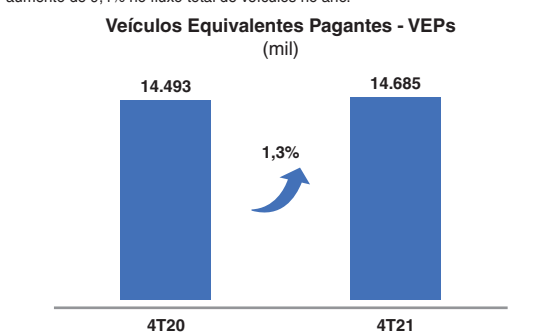
Resultado Operacional						
Desempenho Operacional (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs ¹	14.685	14.493	1,3%	55.478	52.321	6,0%
Veículos Leves	5.866	5.760	1,8%	20.882	19.531	6,9%
Veículos Pesados	8.819	8.733	1,0%	34.596	32.791	5,5%
Tráfego ²	8.194	8.081	1,4%	29.951	28.144	6,4%
Veículos Leves	6.003	5.898	1,8%	21.420	20.069	6,7%
Veículos Pesados	2.191	2.184	0,3%	8.531	8.075	5,7%
Tarifa Média (R\$)	9,38	8,34	12,5%	8,95	8,32	7,5%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo
² Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

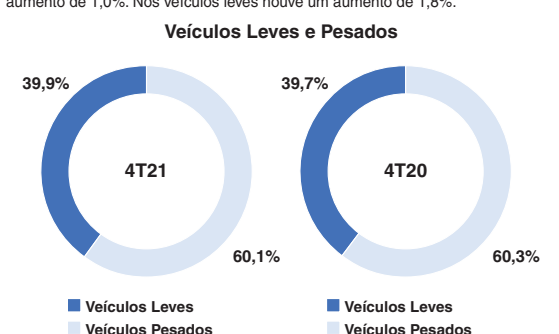
Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado^{1,2}

Acumulado no ano (Jan-Dez/21 sobre Jan-Dez/20): Brasil	Leves	Pesados	VEPs Total
10,1%	7,3%	9,4%	

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índices ABCR Brasil) - para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 9,4% no fluxo total de veículos no ano.



No quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 14,6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1,3% na comparação com o mesmo período de 2020. Os veículos pesados apresentaram aumento de 1,0%. Nos veículos leves houve um aumento de 1,8%.



DESEMPENHO FINANCEIRO

Resultado Operacional						
Recíta Operacional (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Recíta Bruta	211.924	194.918	8,7%	841.184	719.962	16,8%
Recíta com Pedágio	138.746	120.952	14,7%	503.899	435.818	15,6%
Recíta Acessórias	506	967	-47,5%	1.655	4.066	-59,3%
Recíta de Construção	72.639	72.843	-0,3%	334.055	279.835	19,4%
Outras	34	162	-78,9%	1.574	243	5,5
Recíta Bruta Ajustada¹	139.286	122.075	14,1%	507.129	440.126	15,2%
Deduções da Recíta Bruta	(12.121)	(10.539)	15,0%	(43.809)	(38.023)	15,2%
Recíta Líquida Ajustada¹	127.165	111.536	14,0%	463.320	402.103	15,2%

A Recíta Líquida Ajustada do 4T21 apresentou um aumento de 14% frente a verificada no 4T20.

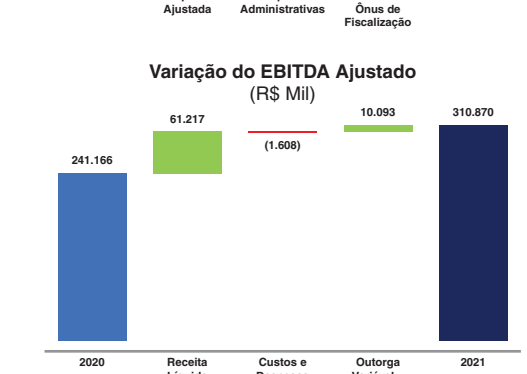
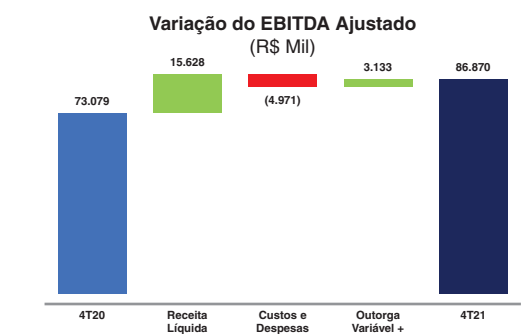
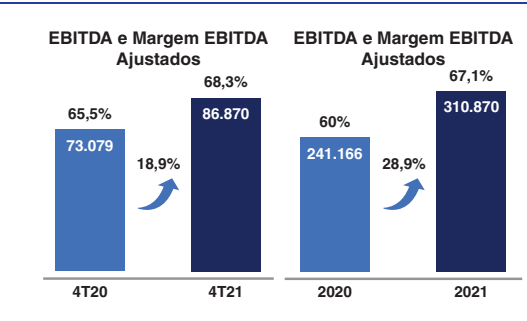
Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(9.456)	(10.108)	-6,4%	(44.069)	(43.190)	2,0%
Conservação & Manutenção	(4.448)	(3.465)	28,4%	(15.876)	(15.255)	4,1%
Serviços de Terceiros	(16.472)	(14.670)	12,3%	(62.083)	(61.388)	1,1%
Seguros	(659)	(815)	-19,1%	(2.942)	(3.268)	-10,0%
Locações de imóveis e máquinas	(107)	(86)	24,4%	(298)	(754)	-60,5%
Outras despesas operacionais	(4.993)	(2.022)	147,0%	(10.940)	(10.748)	1,8%
Custos & Despesas Administráveis	(36.136)	(31.166)	15,9%	(136.210)	(134.603)	1,2%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(4.159)	(7.293)	-43,0%	(16.240)	(26.334)	-38,3%
Depreciação & Amortização	(20.451)	(19.618)	4,2%	(80.729)	(75.212)	7,3%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados²	(60.745)	(58.077)	4,6%	(233.179)	(236.149)	-1,3%
Custo de Construção (IFRS)	(72.639)	(72.843)	-0,3%	(334.055)	(279.836)	19,4%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(16.783)	(17.447)	-3,8%	(65.317)	(72.785)	-10,3%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(1.377)	(1.021)	34,9%	(11.537)	(1.927)	498,7%
Custos & Despesas Operacionais	(151.544)	(149.388)	1,4%	(644.087)	(590.696)	9,0%

¹ A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 20
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas. Os Custos & Despesas Operacionais aumentaram 1,4% no 4T21 comparado ao 4T20. Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o Termo Aditivo 01/2021, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulavam vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável de 3% sobre as receitas da Companhia auferidas mensalmente.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(47.740)	(42.518)	12,3%	(164.193)	(107.843)	52,3%
Despesas e Recíta Financeiras Líquidas	120.521	100.611	19,8%	400.705	256.261	56,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(24.522)	(23.100)	6,2%	(83.225)	(57.176)	45,6%
Depreciação e Amortização	20.451	19.618	4,2%	80.729	75.212	7,3%
EBITDA ICVM 527	68.710	54.610	25,8%	234.016	166.454	40,6%
Margem EBITDA	54,0%	49,0%	5,1 p.p.	50,5%	41,4%	9,1 p.p.
Provisão de Manutenção (IFRS)	16.783	17.447	-3,8%	65.317	72.785	-10,3%
Provisão para Contingências	1.377	1.021	34,9%	11.537	1.927	498,7%
EBITDA Ajustado¹	86.870	73.079	18,9%	310.870	241.166	28,9%
Margem EBITDA Ajustada ¹	68,3%	65,5%	2,8 p.p.	67,1%	60,0%	7,1 p.p.

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas. O EBITDA Ajustado do 4T21 foi de R\$ 86,8 milhões, aumento de 18,9% comparado ao mesmo período de 2020.



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	(120.521)	(100.611)	19,8%	(400.705)	(256.261)	56,4%
Recíta Financeiras	4.950	1.874	164,2%	13.593	7.992	70,1%
Juros sobre aplicações financeiras	4.837	1.848	161,7%	12.673	7.822	62,0%
Juros de arrendamento	(97)	(232)	-58,1%	(635)	(855)	-25,8%
Juros de variação monetária sobre debêntures	(120.039)	(97.158)	23,5%	(394.625)	(243.132)	62,3%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.586)	(1.732)	-8,4%	(6.700)	(7.184)	-6,7%
Juros de arrendamento	(97)	(232)	-58,1%	(635)	(855)	-25,8%
Outros	(3.750)	(3.363)	11,5%	(12.338)	(13.082)	-5,7%

Inflação e Juros

IPC A Últimos 12 meses	2021	2020	Δ
10,06%	4,54%	5,5 pp	
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%	1,6 pp

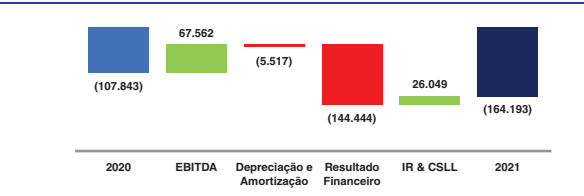
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indicador-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?t=séries-historicas>
<https://www3.bcb.gov.br/CALC/DADO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?m=ethod=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>

O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento negativo de 19,8% no 4T21 comparado ao 4T20.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Líquido do Exercício	(47.740)	(42.518)	12,3%	(164.193)	(107.843)	52,3%

O resultado do 4T21 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 47,7 milhões. Houve um aumento do prejuízo comparado ao resultado de 4T20, que foi de R\$ 42,5 milhões.



Principais Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020	Δ
Investimento Total	2.223.152	1.977.765	12,41%
Imobilizado	14.156	10.992	28,78%
Intangível	2.208.996	1.966.773	12,32%
Direito de Concessão (Investimento)	2.198.967	1.951.954	12,65%
Software/Direito de Uso	3.933	2.938	33,87%
Direitos de Uso - IFRS 16	6.096	11.881	-48,69%



A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 4 de outubro de 2016, tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Flórida-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com a sede na Rodovia Atílio Balbo, KM 327,5 - Seretaózinho - SP. O lote rodoviário administrado pela Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongai, São Joaquim da Barra, Seretaózinho, Noro Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal. Outros setores representativos são os de construção, alimento e bebidas e transporte e armazenagem. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Relacionamento com os Auditores Independentes
Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que regem a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obteve dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Considerações Finais
A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão operacional do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 480)
Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Seretaózinho, 21 de março de 2022
Diretor de Relações
Gilson Carvalho

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	108.606	216.980
Aplicações financeiras vinculadas	4	87.183	112.444
Contas a receber	5	34.661	27.398
Contas a receber de partes relacionadas	14	1.135	165
Estoque	6	9.000	7.752
Adiantamento a fornecedores		3.681	6.338
Despesas antecipadas		1.586	1.658
Outros ativos		4.384	4.301
Total do ativo circulante		250.267	377.036
Não Circulante			
Outros ativos	10	10	12
Impostos a recuperar	7.a	15.894	14.734
Impostos diferidos	8	233.768	150.543
Imobilizado	9	14.156	10.992
Intangível	10	1.593.092	1.633.676
Infraestrutura em andamento	10	615.904	333.096
Total do ativo não circulante		2.472.824	2.143.054
Total do Ativo		2.723.091	2.520.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Flórida - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização de investimentos necessários. A Companhia está localizada na Rodovia Atílio Balbo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Seretaózinho - SP. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. e controladora a Prefeitura Municipal de Borborema e também a construção de faixas adicionais, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Flórida - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio ("Wi-Fi") para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições de trânsito. Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão: Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulavam vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado. A Companhia ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o equilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão. 1.2. Obrigações Assumidas: De acordo com o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica do projeto, a Companhia assumiu o compromisso de investir aproximadamente R\$ 245.109 em seu quinto ano de concessão, ou seja, período compreendido entre julho de 2021 e junho de 2022, além de valores remanescentes do quarto ano. Os investimentos do quinto ano estão representados principalmente por obras de duplicação, com aproximadamente R\$ 124.293; en-

quanto o restante será como destino outras ampliações e conservação da estrutura viária. Do valor a ser investido até junho de 2022, R\$ 186.992 foram realizados até 31 de dezembro de 2021.



ções ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com o nome de R\$10, em série única, para cobertura de caixa contratada, sem qualquer esforço de venda por parte dos investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto a ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante. As principais cláusulas de vencimento das debêntures são: (i) a data de vencimento das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusão crítica do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda; (c) das despesas de amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de "impairment" de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa.). No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratada e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$1.509, foi contabilizada no patrimônio líquido. As principais cláusulas de vencimento das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000 e (v) união de R\$10, em série única, para cobertura de caixa contratada, sem qualquer esforço de venda por parte da emissora. Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias da Companhia, devendo a próxima apuração ocorrer com base nas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição relativa de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x. (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a cláusula restritiva, tendo atingido o índice financeiro acima descrito (3) 2,8x.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	2021	2020
Principal (incluindo atualização monetária)	1.986.088	1.803.804
Remuneração (juros)	358.503	238.245
Custos de captação	(54.160)	(60.860)
Total	2.290.431	1.981.189
Classificação de debentures	1.224.508	1.222.000
2ª Emissão de debentures	1.120.084	1.020.049
Custos de captação	(54.160)	(60.860)
Circulante	3.413	2.210
Não circulante	2.287.018	1.978.979

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2020:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2020
Debêntures	1.981.189	(11.126)	(78.456)	1.981.189	

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2021:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	1.981.189	401.325	(6.149)	(85.934)	2.290.431

Vencimento longo prazo

	2021	2020
2023	5.000	
2024	2.500	
2025	2.500	
2026	110.000	
2027 em diante	2.167.018	
Total longo prazo	2.287.018	

14. PARTES RELACIONADAS
Controlador e Controlador final: A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. e controladora final o Patria II - Fundo de Investimento em Participações, Remuneração dos Administradores. Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021 em até R\$7.896 (R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020), incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$7.896 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2020, foram pagos R\$6.598). Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	2021	2020
EIXO*	Compartilhamento de despesas	Coligada		1.109	35
CART	Compartilhamento de despesas	Coligada		26	139
Total				1.135	165

Contas a pagar:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	2021	2020
EIXO*	Compartilhamento de despesas	Coligada		132	85
CART	Compartilhamento de despesas	Coligada		22	59
IBH I*	Compartilhamento de despesas	Coligada		265	-
Total				419	144

Resultado

Despesa	2021	2020
Ajuste a valor presente	231	47
AVP de despesa financeira	483	885
IBH I*	(2.319)	-
Total	(1.065)	1.355

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis. (a) Refere-se ao rateio das despesas do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) entre a Companhia, CART e Eixo e o valor de reembolso é apurado pelo custo incorrido. Debentures: As debentures convertíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Patria II - Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"), nas condições especificadas na nota explicativa nº 13.

15. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	2021	2020
Constituição da provisão para manutenção	246.738	196.905
Ajuste a valor presente	(40.595)	(33.049)
Total	206.143	163.856
Circulante	15.944	15.045
Não circulante	190.199	148.814

De janeiro de 2023 a junho de 2023

	2021	2020
De janeiro de 2023 a junho de 2023	15.944	
De julho de 2023 a junho de 2024	122.193	
De julho de 2024 a junho de 2025	29.070	
De julho de 2025 a junho de 2026	13.098	
De julho de 2026 a junho de 2027	25.177	
Total	206.144	

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2021, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2023 e junho de 2027, conforme "aging" de gastos descrito abaixo:

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. - Sertãozinho - SP
O presente relatório contém informações sobre as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão
Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.208.996 mil.

A Companhia avalia anualmente a existência de indicadores de desvalorização dos valores contábeis desses ativos e estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão; (v) taxa de desconto calculada com base metodologias do Custeio Autorizado de Capital após impostos (CMPC DI).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de negócios que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Realização dos ativos fiscais diferidos
Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6, 2 e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 233.768 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
a) Composição dos saldos e movimentação - Passivo de arrendamento

	2021	2020
Saldo inicial	12.112	8.005
Adições	971	7.880
Baixas	(4.453)	(639)
Juros provisionados	635	1.065
Pagamento de juros	(635)	(1.065)
Compartimento de principal	3.389	12.112
Total	2.398	2.307
Circulante	2.991	9.805
Não circulante		

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS
a) Provel: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constitui a provisão necessária conforme tabela abaixo:

	2021	2020
Provisão para contingência - ação cível	2.425	1.283
Provisão para contingência - ação trabalhista	445	361
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	19.484	7.532
Total	22.354	9.176

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa. Movimentação dos riscos prováveis:

	2020	Constituição	Reversões/ Pagamentos	Atualização Monetária	2021
Cível	1.283	2.197	(1.544)	489	2.425
Trabalhista	361	68	-	16	445
Regulatória	7.532	12.922	(2.106)	1.136	19.484
Total	9.176	15.187	(3.650)	1.641	22.354

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	2021	2020
Causas possíveis - ação cível	2.193	-
Causas possíveis - ação trabalhista	617	-
Causas possíveis - ação regulatória	43.092	44.463
Total	43.092	44.463

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 580.628 (R\$ 580.628 em 31 de dezembro de 2020), representado por R\$ 580.628 ações (580.628 em 31 de dezembro de 2020), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

	2021	2020
Acções	580.628	580.628
%	100	100

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A segunda emissão de debêntures não convertíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando o cancelamento automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento de acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

19. RECEITAS
Estão representadas por:

	2021	2020
Receita com arrecadação de pedágio	503.899	435.818
Receita acessória	1.655	4.066
Receitas com construção (a)	30.360	279.835
Outras	1.573	242
Receita bruta	841.184	719.961
Deduções de receita	(43.809)	(35.023)
Receita líquida	797.375	684.938

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/IFRIC 12.

	2021	2020
Base de cálculo de impostos	505.554	439.884
Receitas com serviços	15.177	13.199
Deduções	3.288	2.859
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	25.344	21.965
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	25.344	21.965
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(43.809)	(38.023)
Deduções da receita	(43.809)	(38.023)

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020
Custo de construção de obra	(334.057)	(279.835)
Provisão para manutenção	(65.317)	(72.785)
Depreciações e amortizações	(80.729)	(75.212)
Pessoal	(44.069)	(43.190)
Serviços de terceiros (*)	(62.084)	(61.388)
Poder concedente	(18.240)	(25.334)
Conservação e manutenção	(15.876)	(35.255)
Provisão para contingências	(11.537)	(1.927)
Locações de imóveis e máquinas	(298)	(755)
Seguros	(2.942)	(3.268)
Outras despesas operacionais	(10.938)	(10.748)
Total	(644.087)	(590.697)
Di Ativo (% ao ano)	(0,18)	(0,17)
Outros dos serviços prestados	(37.483)	(39.634)
Despesas administrativas	(5.518)	(6.889)
Outras despesas	(64.087)	(69.697)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	12.132	7.532
Variação monetária sobre créditos fiscais	542	290
Outros	919	170
Total	13.593	7.992

Despesas financeiras:

	2021	2020
Juros e variação monetária sobre debêntures	(394.625)	(243.132)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(6.700)	(7.184)
Juros de arrendamento	(635)	(1.065)
AVP - Provisão de Manutenção	(9.127)	(11.148)
Outras	(3.211)	(1.934)
Total	(410.298)	(264.253)
Resultado financeiro, líquido	(396.705)	(256.261)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

	2021	2020
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,28)	(0,19)
a) Prejuízo básico/diluído por ação: O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:		
	2021	2020
Prejuízo referente aos doze meses atribuíveis aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(164.193)	(107.843)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	580.628	580.628

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco. a) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro líquido devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser inde-

	2021	2020
Prejuízo por ação	(0,28)	(0,19)
Prejuízo líquido por ação	(0,28)	(0,19)

24. SEGUROS E GARANTIAS
A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	30.000	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	205.800	Até julho de 2022
Veículos - frota	11.318	Até julho de 2022
D&O	30.000	Até junho de 2022
Risco de engenharia	542.163	Até julho de 2022